

GIMENO, Beatriz. **Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación**. Barcelona, 2005, Editorial Gedisa. p 33-47

¿Dónde están las lesbianas? El problema de la identidad desde el activismo

[tradução livre – notas originais]

Onde estão as lésbicas? O problema da identidade desde o ativismo

Esse livro trata de lésbicas, mas nem sempre é fácil saber quem são as lésbicas. Parafraseando Simone de Beauvoir, um livro como este tem que começar por perguntar-se “quem são as lésbicas?” e continuar fazendo uma pergunta politicamente muito incorreta hoje em dia: “quem foram as lésbicas?”. Essa primeira parte faz um recorrido histórico em busca de mulheres que, se não podemos chamar lésbicas, podemos considerar que foram, em palavras de Adrienne Rich, “desleais à civilização”. Muitas mulheres ao longo da história foram desleais à civilização patriarcal, resistiram serem metidas à força nessa categoria opressiva de “mulher” e lutaram para poder constituir um destino e um estilo de vida que lhes permitiu poder sentir-se seres humanos, e a muitas de essas mulheres as chamaríamos hoje de lésbicas. Em outras ocasiões não foram elas, nem somos nós hoje em dia, mas sim seus contemporâneos quem as colocaram no espaço do lesbianismo, definido de diferentes maneiras ao longo da história embora sempre presente, para castigá-las por serem rebeldes ao papel que, como mulheres, se supunha que teriam que seguir. O lesbianismo não é uma essência, é um lugar. Um lugar de onde se parte e ao qual se chega, um espaço em que se situa o corpo material, mas também um espaço simbólico e social, um espaço com enormes potencialidades para as mulheres e, ao mesmo tempo, um espaço de castigo.

Sem dúvida, a categoria lésbica é cada vez mais difícil de utilizar em determinados fóruns e resulta quase uma excomunhão utilizá-la retrospectivamente. Os debates teóricos sobre as identidades chegaram inclusive ao núcleo do ativismo, lugar em que a identidade é uma ferramenta política de muita difícil substituição. Não são poucas as ocasiões em que me encontrei dando conferências ao lado de um@ teóric@ *queer* que, diante de um público composto por gays e lésbicas fundamentalmente, se empenharam em questionar as identidades lésbicas e gays, causando desconcerto entre os iniciados nestes debates teóricos, jovens a quem quase sempre têm custado primeiro assegurar sua própria identidade e depois encontrar as forças para serem capazes de sobreviver à homofobia. Inclusive para os ativistas que nos mantemos à margem dos debates teóricos, ao final têm sido impossível não nos sentirmos apontados pelas críticas que, desde fora do ativismo, se fazem às políticas de

identidade com as quais trabalhamos. Eu trabalho com a ideia de que a identidade poderá ser mutável, como têm sido historicamente, mas sem esquecer que o poder sempre está presente criando opressões e oprimidos, tornando necessária a criação de identidades políticas com capacidade para enfrentá-lo. Resulta estranho e suspeito o empenho teórico em desconstruir as categorias identitárias quando se sabe de sobra que ao fim esse esforço somente fragiliza as categorias mais débeis, uma vez que são os oprimidos tentando enfrentar os opressores. Desde o ativismo é evidente que a única categoria identitária que realmente se encontra em risco frente ao esforço desconstrutor de identidades é a de lésbica, que, outra vez, deixou inclusive de nomear-se. Não é este o lugar para entrar a fundo em um debate sobre a identidade - debate exclusivamente acadêmico, por outra parte -, mas não deixa de se mostrar surpreendente que se considere progressista um discurso que contribui para a fragilidade política dos mais frágeis e que portanto reforça, embora não seja sua intenção, os regimes reguladores. As feministas lésbicas acreditamos que combater o sistema de dois gêneros dicotômicos é a única maneira de desmontar as categorias verdadeiramente opressivas: homem e mulher, e não descompondo os sujeitos políticos que se opõem a esse sistema em identidades múltiplas cada vez mais fracas e incapazes politicamente.¹

Não há uma única identidade lésbica, não existe a lésbica autêntica nem essencial, mas haverá uma identidade lésbica que dê nome ao sofrimento e à luta de muitas mulheres, ou este sofrimento e essa luta, e as possibilidades de superá-lo, seriam barradas da história quando apenas começamos a nos somarmos a ela. Será uma identidade contraditória, fragmentada, incompleta, conjuntural ou cambiante, como são todas, mas será uma identidade que nos permita pensar-nos e que impeça que nos neguem. Para além de qualquer discussão teórica, as pessoas entendem que Oscar Wilde praticava sexo com pessoas de seu mesmo sexo e que sofria por isto. Muitos jovens gays entendem que ele era como eles, e sabem também que não querem sofrer como ele sofreu. As pessoas também sabem que existiram culturas em que as práticas homossexuais entre os homens eram frequentes e valorizadas. Seja ou não aceitável a partir do ponto de vista teórico, quando buscamos exemplos de práticas de homossexualidade masculina ao longo da história, sabemos o que buscamos e sabemos também que, independente do nome que dermos, tais práticas e sentimentos foram fonte de prazer e de sofrimento, proporcionaram felicidade, amor e plenitude, e também perseguição, dor e morte. O sexo lésbico, ou os comportamentos, ou as

¹ Sobre esse debate, Gamson, J. “¿Deben autodestruirse los movimientos identitarios?: Un extraño dilema”, en Mérida Jiménez, R.M. (ed), *Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer*, Barcelona, Icaria, 2002, pp. 141-172.

subjetividades que agora poderiam ser consideradas como lésbicas, foram excluídos da história ou cuidadosamente ocultados. Da existência lésbica apenas existem rastros. De fato, quase qualquer pessoa seria capaz de nomear um homossexual que viveu antes do século XX, mas com a exceção de acadêmicas ou estudiosas, é muito difícil que alguém possa nomear uma lésbica anterior ao século XX, exceto talvez Safo. Haviam homens homossexuais, mas não lésbicas? Por que pode-se nomear a eles e não a nós? Se podemos identificar a homossexualidade masculina, deveríamos poder identificar lésbicas, e sem dúvida não podemos. As perguntas então são: onde estão as lésbicas? e por que não estão? Quando tentamos buscá-las para intentar construir uma história, um passado, nos dizem que não podemos, que não haviam lésbicas porque tal identidade não existia; e pode ser que isso seja certo do ponto de vista teórico, mas esse tipo de afirmações se fazem sempre a partir de uma posição em que já existem múltiplas referências de homens gays a nomear, de forma que tenhamos direito de suspeitar que se trata simplesmente de uma operação política de apagamento.

Na realidade é quase impossível buscar lésbicas, mas não porque tal identidade não existia, e sim porque na situação em que viveram a maioria das mulheres ao longo da história não existia sequer a possibilidade, o espaço. Por isso não há que se buscar lésbicas, mas mulheres que, cada uma a sua maneira, disseram não ao patriarcado e aos efeitos que esse tem sobre a vida de todas as mulheres; que disseram não com suas palavras, com seus atos ou com seus corpos. Muitas dessas mulheres foram taxadas por seus contemporâneos como lésbicas, mulheres masculinas, invertidas... outras foram consideradas criminosas, bruxas, enfermas... mas todas compartilharam, por vontade própria ou porque foram desterradas a este, um mesmo espaço de resistência e castigo, mas também de liberdade e felicidade. Esse é o espaço política que as feministas lésbicas pensamos que ainda segue aberto para qualquer mulher que queira ocupá-lo. As feministas da segunda [onda] lutaram por ele e conseguiram politizar o lesbianismo para convertê-lo em uma opção política que qualquer mulher poderia querer para si mesmo, mas na atualidade, no fio da pós-modernidade, a teoria queer tem recorrido ao caminho inverso e tem conseguido despolitizar o lesbianismo de maneira que este se converteu em uma espécie de força da natureza, um fluxo misterioso que ataca determinadas mulheres, sem que se saiba muito bem por que, tal como a homossexualidade masculina. Assim, do lesbianismo se analisa o desejo, as práticas sexuais, o corpo e seus disfarces, a heteronormatividade... mas misteriosamente da análise do lesbianismo desapareceram as relações de poder que operam especificamente sobre as lésbicas: o patriarcado, o espaço material e símbolo em que o patriarcado colocou as lésbicas, suas

condições materiais de existência, as relações, portanto, das lésbicas com os homens. Se analisamos o lesbianismo sem levar em conta as relações de poder que o patriarcado tem estabelecido entre mulheres e homens, sem ter em conta quem são os beneficiários da instituição da heterossexualidade e quem são suas vítimas, não podemos entender quase nada do que ser lésbica significa para muitas mulheres, do que significou estabelecer relações com outras mulheres ao longo da história. Onde há poder há resistência, disse Foucault, e se reconhecemos que o poder se exerceu sobre as mulheres, sobre todas as mulheres, através da instituição da heterossexualidade, é lógico esperar resistência a esta instituição em qualquer época. A resistência feminista e feminina começa com o corpo, com um corpo que se nega e que diz não à opressão.² O lesbianismo é uma forma, entre outras, de dizer não à opressão.

Não faz falta que nos digam que é difícil fixar um critério no passado que sirva para afirmar que uma mulher era lésbica, entre outras coisas, porque o difícil é encontrar um critério que permita traçar uma linha que diferencie as lésbicas das demais mulheres: essa linha não existe. Para nós, feministas lésbicas, lésbica é qualquer mulher que na atualidade se identifique de tal maneira, qualquer mulher que tenha sexo com mulheres, que deseje a outras mulheres, mas também qualquer uma que se identifique primária e fundamentalmente com outras mulheres como estratégia de resistência ao patriarcado, e isso serve também para o passado e tem de servir ao futuro. Quando a teoria ou o ativismo queer nos diz que as lésbicas não existem, as feministas lésbicas asseguramos não apenas que existem, mas que existiram sempre, que queremos que existam, e que existam quantas mais melhor. Se algo bom tem a teoria e ativismo queer para as ativistas lésbicas é que nos têm obrigado a justificar o ativismo político lésbico, e se já resulta complicado determinar quem são as lésbicas, mais complicado ainda é determinar quais são suas necessidades e quem está legitimado para defini-las. Pode que esse seja o trabalho principal de uma ativista: definir as necessidades e trabalhar politicamente para solucioná-las. Como ativista lésbica e feminista também creio firmemente na necessidade de formular exigências políticas sem por isso propor que exista a lésbica essencial. Como ativista penso que é possível crer que “todo grupo enquanto tal apresenta características definidoras ligadas a uma tradição própria. a uma genealogia própria, a um exercício estratégico de consolidação de sua visibilidade e transformação do meio; que todo grupo enquanto tal tem estabelecido pactos interiores de igualdade e reconhecimento e promoção de pactos exteriores transnacionais em ordem à consolidação de

² Faith, K. “Resistance: Lessons from Foucault and feminism”, em Radtke, H.L. y Stam, J.H., *Power/Gender. Social Relations in Theory and Practice*, Londres, SAGE Publications, 1995, pp. 36-67.

espaços de poder”³. Admitir isso não implica nada mais que isso, implica trabalhar para dar viabilidade política a uma injustiça, implica trabalhar para propiciar uma rebelião que ajude a mudar um estado de coisas certamente injustas e que acarretam sofrimento.

Trabalhar com um conceito identitário não quer dizer que não sabemos que a identidade é heterogênea, mutável e múltipla, difícil de definir e que os critérios que a definem variam ao longo do tempo. Giddens sustenta que na atualidade as identidades são o resultado de um processo de contínua interrogação; uma interrogação do passado, do presente e do futuro: um projeto reflexivo que dura toda a vida e que conecta o corpo com o eu e com as normas sociais.⁴ Duggan, por sua vez, define as identidades da seguinte maneira: “As identidades cruzam o espaço entre o mundo social e a experiência subjetiva, constituindo um princípio organizador central que conecta o ‘eu’ e o mundo. As identidades individuais, múltiplas e contraditórias, estruturam e dotam de sentido a experiência pessoal. As identidades coletivas - de gênero, raça, classe ou nação - forjam conexões entre indivíduos e proporcionam vínculos entre passado e presente, constituindo a base da representação cultural e da ação política.”⁵ Em seus últimos escritos, Teresa de Lauretis propõe já reconhecer que a identidade é uma construção mas que, ao mesmo tempo, é sempre um ponto de partida necessário para qualquer atividade política. E isso deveria, como ativista, bastar-nos.

A pergunta que encabeça esse capítulo - onde estão as lésbicas? - exige, na minha opinião, uma resposta política. São muitas as historiadoras feministas⁶, fundamentalmente norteamericanas, que rastream a história em busca das lésbicas. Para tanto, tiveram que manejar um conceito amplo de lesbianismo, entender este como um lugar social e político no qual o interesse sexual por outra mulher não pode ser o único critério para poder definir a uma mulher como lésbica. Ao fazer isso, foram duramente criticadas e acusadas de dessexualizar o lesbianismo. Sem dúvida, supõe uma tomada de postura muito determinada exigir que o lesbianismo no passado se defina exclusivamente pela existência de provas do sexo genital, quando é impossível encontrar provas de quase nada que se refira à vida das mulheres. É impossível saber se o interesse sexual era central ou não naquelas mulheres que estas historiadoras descrevem como lésbicas porque as mulheres não deixaram muitos rastros

³ Rodríguez Magda, Rosa M^a. “Feminización de la cultura”, revista *Debats*, nº 76, primavera 2002.

⁴ Giddens, A. *La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas*, Madrid, Cáteda, 1995, p. 38

⁵ Dugan, L. “The Trials of Alice Mitchells: Sensationalism, sexology and the lesbian subject in the turn-of-the-century America”, en I. Berger, EChaney, V. Clareck t M, Sinha (eds.); *Signs: Journal of Women in Culture and society*, Minneapolis, Universidad de Minnessota, verano, vol. 18, nº 4, p. 794. Citado en Viñuales, O., *Identidades lésbicas*, Barcelona, Bellaterra, 1999, p. 47.

⁶ Fundamentalmente Lillian Faderman, perto también Vinicus, Smith-Rosenberg...

de si mesmas, e muito menos rastros de um desejo que na maioria das vezes foi negado. Acusar estes trabalhos de dessexualizar o lesbianismo simplesmente porque não podem aportar provas fidedignas de que todas aquelas mulheres mantiveram relações genitais com outras mulheres é, além de anacrônico, injusto, porque o certo é que tampouco temos provas (ou provas contrárias) de que as mulheres obrigadas a levar vidas heterossexuais não preferiram livrar-se delas. Aquelas pessoas que afirmam que não se pode falar de lésbicas se não estamos seguros de que existe contato genital entre as protagonistas, estão esquecendo que a heterossexualidade não necessita provar que existe contato genital e que nem por isso se duvida de sua existência na maioria dos casos. Se entendemos o lesbianismo no passado de maneira restritiva, somente onde temos a certeza de que houve genitalidade, nos resultará impossível encontrar alguma lésbica, pois a possibilidade de saber, em um mundo em que foram os homens que nos contaram a história e no qual a sexualidade feminina não importa, se a mulher tinha ou não uma relação genital com outra é tarefa impossível. Por que nos exigem provar aquilo em que bastam indícios no caso dos homens? Saber se uma relação íntima entre duas mulheres houve sexo genital é quase impossível, e é impossível também saber em quais relações o sexo tinha um papel importante e em quais não; quais estavam definidas pelo sexo e em quais outras o sexo era algo a que se chegava muito depois de iniciada uma intensa relação de intimidade. Enquanto que no caso dos homens a homossexualidade tem muitas mais possibilidades de fazer-se visível porque implica uma transgressão à norma muito mais evidente, no caso das mulheres a norma não existe ou se move constantemente e, além disso, logo chegarão os historiadores e intérpretes da realidade para fazer o apagamento; um apagamento consciente e praticamente total. E se a alguma historiadora ou teórica ocorre suspeitar o lesbianismo a partir de indícios como que a mulher em questão manteve uma estreita relação com outras mulheres, que nunca se casou, que manteve determinados comportamentos, que escreveu a outra mulher cartas apaixonadas, tudo isso que sem dúvida valeria para afirmar que um homem era homossexual, não valerá no caso das mulheres, e a historiadora em questão terá que enfrentar a acusação de dessexualizar o lesbianismo, por ter a ousadia de imaginar o lesbianismo ali onde não se tem - ali onde não se pode ter - a certeza de que existiram relações genitais.⁷

Ademais, e envolvendo a materialidade do assunto: o que é sexo? Ainda que as coordenadas que definem e delimitam o que é e o que não é sexo sejam histórica e

⁷ Sobre esto Faderman, L. "Who hid the Lesbian History?" y Rupp L., "Finding the lesbians in lesbian History: reflections of female same-sex sexuality in the western World", en Zimmerman, B. y McNaron, T. A. H (eds.), *The new lesbian studies: Into the Twenty-First Century*, Nueva York, Feminist Press, 1996.

culturalmente cambiantes, o certo é que é possível que o fato de que a sexualidade masculina no Ocidente tenha sempre sido pensada em termos de genitalidade (ereção, penetração, ejaculação) tenha sido mais fácil, por ser perceptível à simples vista e fisicamente concreto, definir quem eram os homossexuais masculinos: aqueles que tinham relações nas quais havia ereção, penetração, ejaculação - ao menos alguma delas - com outros homens. Essa genitalidade não corresponde necessariamente a uma identidade diferenciada, mas parece haver acordo de que se trata de sexo. Tal contato físico, tangível e concreto, se converte assim no ato em torno do qual se configura a proibição, a linha que não se deve atravessar, de forma que a um homem seja sempre mais fácil situá-lo de um lado ou outra da norma heterossexual. Quanto mais impenetráveis sejam os muros das proibições, mais se apreciam suas rachaduras. Porém, para as mulheres, considerando que não há um efeito físico visível que determine a transgressão da norma, dada também a permissividade e lassitude dos laços que lhes foi permitido estabelecer entre si ao longo da história, assim como o forte homoerotismo que sempre impregnou suas relações, resulta complicado saber em que lado da linha se encontram. Quando duas mulheres se beijam, se acariciam as mãos, os ombros, o colo, os peitos: isso é sexo?, quando dormem juntas e durante se abraçam e apertam o corpo de uma contra o da outra... isso é sexo? Porque isso fizeram muitas mulheres sem que ninguém pensasse que ali ocorria algo censurável.

A construção da masculinidade se fez no negativo - “não sou uma mulher”, “não me comporto como uma mulher” -, e a fronteira entre quem cumpre e quem descumpra essa proibição está clara para os homens, mas não se sabe ao todo o que está proibido para as mulheres. A sexualidade feminina se imagina difusa, pouco concreta, por não haver esses símbolos físicos da ereção, penetração e ejaculação que partem de um ponto de vista androcêntrico e indicam que o ato sexual foi efetivamente consumado. Considera-se também a importância social e simbólica que se atribuiu historicamente às práticas sexuais entre mulheres: nenhuma. As mulheres são encaradas como desprovidas de poder para dar significância aos seus atos, de modo que suas relações sexuais tenham sido consideradas banais pela cultura patriarcal. Esses fatos contribuíram tanto para a invisibilidade histórica quanto para criar também certo espaço de liberdade entre elas. Um espaço menos rígido e sem possibilidade de transcendência mas que, ainda assim, preocupou os homens o suficiente para que, partindo da suspeita, configurassem um discurso que podemos rastrear atualmente; os homens nunca deixaram de sentir-se inquietos com o que as mulheres fazem enquanto eles não olham. As mulheres se tocam, se beijam, se abraçam e se acariciam, compartilham desde sempre uma profunda (e inquietante do ponto de vista dos homens) intimidade e proximidade

física. Não é estranho que não seja claro em que lugar se situa a fronteira. Quem quantifica quando o abraço foi mais apaixonado que o normal, ou um beijo, ou uma carícia? Como se mede a paixão feminina?

Já que é o modelo de sexualidade masculino o definidor do que é sexo e do que não é, os comportamentos são categorizados como sexuais apenas quando se adequam a este modelo, de forma que a definição resultante não se possa aplicar a todas as mulheres. Adrienne Rich, uma das maiores expoentes do lesbianismo político na década de 70, escreveu um famoso artigo⁸ sobre a existência de um continuum lésbico ao longo da história e no qual a identidade lésbica não está restringida a uma identidade consciente nem a relações sexuais genitalizadas, mas a vínculos emocionais que no passado poderiam ser muito fortes e que surgiam entre mulheres que viviam presas na sociedade patriarcal. Assim, para Rich, no passado, toda mulher que em algum momento da sua vida tivera transgredido aos limites impostos pelos homens e construíra laços de solidariedade ou amizade com outra mulher pode ser considerada lésbica. Os vínculos emocionais e de solidariedade são, para Rich, vínculos com os quais as mulheres se ajudam umas às outras para resistir à opressão, são vínculos de resistência enquanto que, ao contrário, os vínculos de solidariedade entre homens são a própria base do patriarcado, são os vínculos que criam entre eles com o objetivo de oprimir as mulheres. Sempre há de se considerar que se é certo que os atos sexuais entre homens ou entre mulheres não davam lugar a nenhuma identidade determinada no passado, a automarginalização do patriarcado sim dá lugar a um tipo de mulheres, com ou sem relação sexual genitalizada, que sistematicamente e em todas as épocas históricas foram suspeitas de algo obscuro, algo que têm sido chamado de lesbianismo quando podia chamar-se assim, ou às vezes, indistintamente, feminismo, também quando podia chamar-se assim.

Em todo caso, o esforço de algumas escritoras lésbicas para sexualizar o lesbianismo (genitalizar, na realidade) demonstra que o sexo genital pode não ser, ou não ter sido, um componente essencial da homossexualidade feminina para todas as mulheres. De fato, uma das grandes discussões teóricas do feminismo lésbico e da teoria lésbica desde os anos 70 gira precisamente em torno da importância do sexo genital nas relações entre mulheres. Ainda hoje, a quantidade de sexo genital que têm as lésbicas segue sendo uma das questões sobre a qual mais se escreve. É evidente que se existem teóricas que consideram necessário sexualizar o lesbianismo é porque, ou não existem dúvidas de que o sexo está sempre presente nas relações lésbicas, ou nem todas as lésbicas entendem o mesmo por “sexo”.

⁸ Rich, A. “Compulsory heterosexuality and lesbian existence”, en Kemp, S. y Squires, J. (eds.), *Feminisms*, Oxford-Nueva York, Oxford University Press, 1997.

Ninguém considerou necessário sexualizar as relações homossexuais entre homens; o que ocorre é o contrário, e até mesmo há alguns teóricos que querem reforçar o caráter da ternura ou afetividade e minimizar a centralidade do contato genital.⁹

As relações entre mulheres nunca foram, e ainda continuam sem ser, esse “intercâmbio de orgasmos” do qual fala Oscar Guash¹⁰ e sobre o qual ficou reduzida a sexualidade contemporânea. O androcentrismo converteu a sexualidade em uma matéria puramente quantificável. “Quantas vezes?” é uma pergunta aplicada ao sexo que todo mundo entende. Quantas vezes significa quantas vezes se ejaculou, quantos orgasmos, quase sempre quantas vezes se penetrou ou se foi penetrado. Por isso, na Antiguidade, quando as mulheres utilizam um dildo, essa prática será considerada inequivocamente sexual, mas também haverá problemas para julgar um comportamento em que não se utilize um instrumento. Daí também o empenho dos moralistas da Idade Antiga e Média em dotar as mulheres de um clitóris enorme com o qual imaginavam que as lésbicas penetravam outras mulheres. O que importa para categorizar o lesbianismo não é tanto que seja verdadeiramente lesbianismo, mas que se creia ser. Lésbica não é, ou não foi até o século XX, quem escolhia outras mulheres (o que era compreensível, pois todas as mulheres criavam laços homoeróticos com outras mulheres), mas sim quem se recusava, na medida em que foi possível, a fazer parte do emaranhado patriarcal. Por isso, até o século XX o lesbianismo não pode ter unicamente uma leitura sexual, mas também inevitavelmente uma leitura política. Rechaçar aos homens não era algo insignificante, não era algo que uma mulher pudesse fazer impunemente e, portanto, não era fácil; todas as estruturas sociais e econômicas estão organizadas para que negar-se a ocupar o lugar preparado para todas as mulheres (lugar que inclui prestação de serviços sexuais, domésticos e emocionais aos homens) tenha sido algo impossível para a maioria das mulheres praticamente até o século XX no Ocidente.

Nessa primeira parte vamos rastrear a história buscando àquelas que não puderam contá-la, buscando nomear o que não tinha nome. A historiadora Luz Sanfeliú afirma que “reconstruir o passado tentando uma aproximação aos desejos, emoções e circunstâncias culturais de mulheres que elegeram uma companheira sentimental e sexual de seu mesmo sexo tem (...) o encanto de tornar evidente que o íntimo e o pessoal se inserem no ideológico,

⁹ Aliaga, J.V y Cortés, J.M. *Identidad y diferencia. Sobre la cultura gay en España*, Madrid, Egalés, 1997, pp. 162-184. También vease Walters, A., *Come Together: Collected writings from Gay Liberation in the UK*, Londres, Gay Men's Press, 1980.

¹⁰ Guash, O. *La sociedad rosa*, Barcelona, Anagrama, 1995.

no político, no circunstancial”.¹¹ Lillian Faderman, por sua vez, estabelece em toda sua obra que para buscar vestígios da lesbiana no passado terá que se buscar três elementos que nem sempre coincidirão na mesma pessoa: práticas sexuais, desvio das normas sociais da feminilidade e autoconsciência de sentimentos de amor por outra mulher.¹² Isso levando sempre em conta que, como falamos, o que é ou não sexual é algo que nos vêm definido pela genitalidade masculina e que essa definição pode em ocasiões deixar a sexualidade feminina em terra de ninguém. Meu interesse aqui é sublinhar esse espaço que foi, até surgir uma identidade lésbica como tal, já no século XX, uma prática de libertação pessoal. Depois veremos como, quando surge a identidade lésbica como tal, quando a autoconsciência, assim como a cada vez a maior liberdade das mulheres, convertem o lesbianismo em um perigo para o patriarcado, essa potencialidade libertadora desaparece. Desaparece quando passa a vincular-se estritamente à identidade gay, desaparece como opção de libertação e permanece sepultada primeiro sob a hipervisibilidade gay e depois sob a despolitização queer.

Muitas mulheres do passado optaram por serem lésbicas porque lutaram para ser livres. Antes de que algumas mulheres (insignificantes ao ponto de vista quantitativo) puderam considerar-se a si mesmas como lésbicas e viver como tais, ou seja, até agora mesmo, sempre houveram mulheres que decidiram prescindir dos homens e forjar alianças entre elas, que às vezes eram sexuais, para ser livres porque a heterossexualidade é (tem sido), disse Iván Ilich, a “ortopedia conceitual” do patriarcado.

¹¹ Senfeliú, L. Juego de damas. *Aproximación histórica al homoerotismo femenino*, Málaga, Universidad de Málaga, 1996, p. 13

¹² Faderman, L. *Surpassing the Love of Men*, Nueva York, William Morrow and Company, 1981.